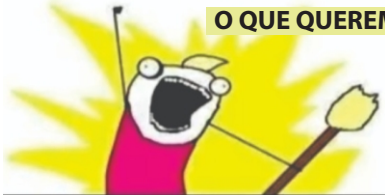


CARREIRA INSATISFATÓRIA

O QUE QUEREMOS?



Carreira democrática, transparente e justa!



Qual é a possibilidade de evolução do servidor na carreira PAAEPE?

Essa é a pergunta que a categoria está se fazendo após receber o resultado antidemocrático do processo de progressão na carreira.

Muitos sequer se inscreveram, outros que podiam progredir por complexidade optaram por concorrer por excelência por questões financeiras.

E porquê?

Por que a cada nova gestão as regras mudam, não temos total transparência nem retorno de como podemos melhorar nossos trabalhos para colaborar com o crescimento da Unicamp.

A carreira que queremos tem que ter a participação do/a trabalhador/a. Somos a segunda melhor Universidade do país, responsáveis pela produção de ciência, educação e tecnologia, e como somos tratados? Com desigualdade!

Queremos participar enquanto Sindicato como representantes dos trabalhadores, a fim de agregar credibilidade à carreira e assegurar a defesa dos interesses da nossa categoria.

Trabalhamos em prol do conhecimento, investimos em capacitação profissional e exigimos reconhecimento.

Qual o papel da carreira?

A ausência de uma política que incentive e recompense o desenvolvimento pessoal do servidor, gera insatisfação no ambiente de trabalho e falta de perspectiva em relação à sua evolução profissional na Universidade.

Quando a carreira é justa, sólida e democrática estimula e valoriza o trabalhador que se desenvolve. Além de amenizar a insatisfação no ambiente de trabalho e combater a evasão de profissionais cuja reposição e treinamento do novo servidor geram um grande custo em tempo e recursos.

TEMOS PROPOSTAS DA CATEGORIA E QUEREMOS DIALOGAR



Plenária da Carreira/2019: historicamente o STU tem lutado pela carreira justa e democrática

O trabalhador precisa ter a sua trajetória valorizada e respeitada e a carreira deve ser perene, objetiva e transparente. Além disso, defendemos uma carreira com:

- Democracia e participação

O STU precisa participar da construção da carreira para agregar credibilidade ao processo e assegurar a defesa dos interesses dos trabalhadores.

- Incentivo e reconhecimento

As pessoas precisam ter a garantia que o seu investimento em capacitação profissional ou escolaridade lhes dê o retorno esperado em reconhecimento por parte da Universidade.

- Incentivo à cooperação

O serviço público não deve incentivar um ambiente de competição que comprometa a unidade da categoria, nem distribuir de forma desigual a carga de trabalho entre os componentes de cada equipe no plano.

- Clareza de critérios

A carreira não pode depender de análises e regras subjetivas, a fim de minimizarmos favorecimentos pessoais e conflitos de interesse.

- Objetividade e planejamento

O trabalhador precisa ter clareza do seu papel, das suas funções, seus limites e do conhecimento do que ele pode fazer a mais para ser reconhecido.

31 ANOS DE STU COMBATIVO E INDEPENDENTE DA REITORIA

Amanhã, 23 de junho, o STU completa 31 anos de fundação! Parabenizamos as trabalhadoras e trabalhadores da Unicamp pela dedicação e defesa dos Serviços Públicos.

Diante de tantos ataques promovidos pelos governos federal e estadual, junto com parlamentares antipovo, temos que nos orgulhar de seguirmos firmes com excelência lutando por Educação e Saúde públicas, gratuitas e de qualidade.

O STU faz aniversário, mas os parabéns vão para as trabalhadoras e trabalhadores da Unicamp que não fogem da luta!

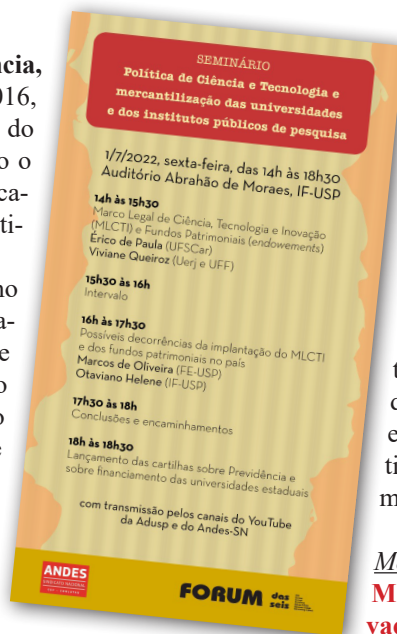
Fórum das Seis e Regional SP do Andes convidam:

“Política de C&T e mercantilização das universidades e dos institutos públicos de pesquisa” será tema de seminário em 1º/7

Desde sua sanção, o **Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Informação (MLCTI)**, Lei 13.243/2016, tem suscitado discussões na comunidade científica do país. Para muitos, a nova legislação colocou em risco o caráter público da ciência brasileira, pavimentando o caminho da mercantilização das universidades e dos institutos públicos de pesquisa.

O Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Andes-SN protagonizou debates e publicações sobre o tema, tendo como base a percepção de que o MLCTI subverte o papel da ciência pública ao deslocar a centralidade da produção e da disseminação do conhecimento científico para o desenvolvimento de produtos, processos e métodos inovativos (*InformAndes Especial*, maio/2016). Além disso, o Sindicato Nacional alerta para a transferência do fundo público para a iniciativa privada, por flexibilizar o regime de dedicação exclusiva e por privatizar o registro de patentes da ciência produzida dentro das instituições públicas nacionais. No *box* abaixo, conheça algumas das publicações do Andes-SN sobre o assunto.

Considerando a importância de prosseguir nestas reflexões, que guardam relação direta com o cotidiano da comunidade acadêmica, o **Fórum das Seis** e a **Regional SP do Andes** convidam para um seminário em 1º/7/2022, das 14 às 18h30, no Auditório Abrahão de Moraes, Instituto de Física da USP, Cida-



Banner do evento. No verso, confira em formato amplo

de Universitária, Capital.

A atividade, intitulada **“Política de Ciência e Tecnologia e mercantilização das universidades e dos institutos públicos de pesquisa”**, será presencial e com transmissão ao vivo pelo Youtube. A partir de duas mesas (*veja a seguir*), o objetivo do evento é enriquecer a discussão dessa temática e confluir para conclusões e encaminhamentos:

Mesa 1 – 14 às 15h30

Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (MLCTI) e Fundos Patrimoniais (endowments), com apresentações de:

- Érico Lopes Pinheiro de Paula (*tese defendida sobre o MLCTI na UFSCar em 2021, que pode ser conferida em <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14703>*);
- Viviane Queiroz (*tese defendida sobre Fundos Patrimoniais na UERJ em 2021, com síntese em artigo na Revista Universidade e Sociedade, n° 69, de jan.-abr./22: https://www.andes.org.br/img/midias/5795ea58b299296937a51ab2dd8b9599_1648668989.pdf*).

Mesa 2 – 16h às 17h30

Possíveis decorrências da implantação do MLCTI e dos Fundos Patrimoniais no país, incluindo a alegada ênfase na inovação de teor mercantil, pretensamente inexorável, buscando entender as conexões entre tais políticas e as formas de combater suas decorrências negativas. Com falas de:

- Marcos Barbosa de Oliveira (professor na FE-USP, aposentado, que pode ser consultado em <https://outraspalavras.net/tecnologiaem-disputa/em-busca-de-uma-alternativa-ao-inovacionismo/>);
- Otaviano Helene (docente aposentado do IF-USP, que pode ter suas publicações lidas no “Meu blog de política e educação”, disponível em: <http://blogolitica.blogspot.com/>).

O Fórum das Seis e o Andes Regional SP sugerem, também, conhecer o livro de Maria Caraméz Carlotto (docente na UFABC, que não pode participar desta segunda mesa por dar aula no dia e horário do seminário):

Veredas da mudança na ciência brasileira: discurso, institucionalização e práticas no cenário contemporâneo, São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013.

Algumas publicações do Andes-SN sobre o MLCTI

Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/16) – riscos e consequências para as universidades e a produção científica no Brasil, de março de 2017

<https://issuu.com/andessn/docs/imp-doc-1508946885>

Cadernos Andes, n° 28, de janeiro de 2018
Neoliberalismo e política de C&T no Brasil – balanço crítico (1995-2016)

<https://www.andes.org.br/midias/downloads/126/>

Crise de financiamento das universidades federais e da ciência e tecnologia pública – recursos existem, mas vão para o pagamento da dívida pública, de junho de 2018

<https://issuu.com/andessn/docs/imp-doc-1877498921>